



TELINO & BARROS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - SC

Concorrência nº 095/2021
Edital de Licitação nº 095/2021

RAS - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.764.514/0001-20, com sede na Rua Irene Ramos Gomes de Mattos, nº 97, complemento CXPST 1111, CEP 51.011-530, Bairro Pina – Recife/PE, representada por seu constituinte, SÁVIO LUIZ DE ANDRADE CAVALCANTE, brasileiro, casado, analista de sistemas, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.955.054-55, portador da cédula de identidade nº 6.313.795 SDS/PE, com endereço profissional na sede da pessoa jurídica representada, devidamente constituído pelo instrumento de mandato anexado (**doc. 02 – Contrato Social**), por intermédio de seus advogados infra-assinados, legalmente constituídos pelo instrumento de mandato anexado (**doc. 01 – Procuração**), com endereço profissional à Rua Laurindo Coelho, nº 246, Casa Forte, Recife/PE, CEP: 52.060-340, local onde recebem intimações legais, notificações e demais comunicações judiciais, vem apresentar **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** pelos fatos e fundamentos expostos a seguir.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

01. Nos termos do subitem 9.1.1. do Edital, o licitante deverá apresentar a impugnação ao edital até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Considerando que o Edital estabeleceu a data limite para recebimento das propostas no dia 19/10/2021 (terça-feira), tem-se que o prazo *a quo* será no dia 15/10/2021 (sexta-feira).

02. Assim, protocolizadas nesta data, resta demonstrada a tempestividade das presentes razões de impugnação e dos pedidos de esclarecimento a seguir formulados.





TELINO & BARROS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

II – DOS ELEMENTOS FÁTICOS:

03. Trata-se de processo licitatório, na modalidade concorrência, tombado sob o nº 095/2021, regido pela Lei nº 8.666/93, cujo objeto consiste na *“contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema (software) para gestão operacional integrada do abastecimento de água da Secretaria De Saneamento Básico de Navegantes/SC, composto dos seguintes subsistemas: gestão e controle de máquinas e equipamentos; gestão e controle operacional; gestão e qualidade da água; gestão e controle de processos comerciais, inclusive o processo denominado de lies - leitura impressão e entrega simultânea de faturas de água/esgoto e avisos de debito, em ciclos mensais em cerca de 28.000 ligações de água existentes incluindo: implantação; conversão de dados; treinamento de usuários; suporte e manutenção (com fornecimento de equipamentos em regime de comodato) através da Secretaria Municipal De Saneamento Básico De Navegantes/SC”*.

04. A licitante IMPUGNANTE tem interesse em participar do processo administrativo e, para tanto, observou atentamente o instrumento convocatório e todos os seus anexos. No entanto, ao fazer uma análise apurada dos termos do edital, verificou que alguns dos seus itens são conflitantes entre si enquanto outros carecem de legalidade.

05. Analisando-se detidamente o edital e seus anexos, esta licitante constatou a necessidade de maiores esclarecimentos e de retificação de parte dos seus termos, de modo que faz necessário a manifestação expressa desta respeitada Comissão Permanente de Licitação sobre os pontos suscitados a seguir.

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

III.1 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – DO ATESTADO SOBRE O SISTEMA DE RECEBIMENTO DE PAGAMENTOS VIA CARTÕES DE CRÉDITO – SUBITEM 5.4.2 DO EDITAL

06. É consabido que as exigências de qualificação técnica devem se limitar às parcelas de maior relevância, sendo vedada a inclusão e a manutenção de cláusulas com exigências irrelevantes ou desnecessárias, levando-se em consideração o objeto licitado, conforme reza o inciso XXI, do art. 37, da Constituição, c/c artigo 3º, da Lei 8.666/93.

07. Nesse sentir, analisando-se o objeto licitado, verifica-se que a exigência disposta no subitem 5.4.2 do Edital não se compatibiliza com os preceitos legais, posto que não se refere à parcela relevante.

08. Trata-se de exigência de atestado de capacidade técnica referente ao fornecimento de software homologado por operadoras de cartão de





TELINO & BARROS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

crédito para operacionalizar o recebimento de pagamentos, formulada nos seguintes termos.

5.4.2 Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a proponente já tenha fornecido software certificado por operadoras de cartão de crédito ou débito, para automação de pagamentos de faturas de água, esgoto e demais documentos de Arrecadação através de Transferência Eletrônica de Fundos (TEF) via Cartões de Débito e Crédito, homologado para operação com todas as bandeiras de cartões disponíveis no mercado nacional, no padrão FEBRABAN, e que a solução esteja plenamente integrada ao sistema de Gestão Operacional proposto.

09. Contudo, da leitura atenta das especificações técnicas do objeto licitado dispostas no edital e seus anexos, depreende-se que **não é exigido** que o licitante ofereça software acessório para processamento de pagamentos, mas, ao contrário, que o Software de Gestão Comercial proposto, **possua compatibilidade de integração com os sistemas utilizados pelas operadoras das principais bandeiras de cartão de crédito.** Vejam-se o que dispõe o subitem 5.3.7 do Termo de Referência:

5.3.7 FUNCIONALIDADES RELACIONADAS A GESTÃO DE INTEGRAÇÃO EM TEMPO REAL (ONLINE) COM SISTEMAS DE ADMINISTRADORAS DAS BANDEIRAS DE CARTÕES DE CRÉDITO/DÉBITO

Estas rotinas tratam da integração em tempo real do sistema de gestão ofertado, com os sistemas de administração de cartões de Crédito/Débito para permitir o pagamento de faturas de água, esgoto e resíduos sólidos pela rede FEBRABAN, através de terminais de autoatendimento TOTEM e pela Agência Virtual, efetuando a respectiva baixa automática do débito, no banco de dados comercial da SESAN.

10. Isto porque os softwares de processamento dos pagamentos através de cartão de crédito/débito são fornecidos e são de responsabilidade das respectivas operadoras/administradoras, competindo ao licitante proponente apenas a realização da integração entre os sistemas para que os processamentos e as baixas dos recebimentos sejam efetuados de forma automatizada.

11. Não poderia ser de maneira diversa, porquanto que cabe ao próprio órgão licitante licitar a contratação da operadora/administradora de cartão de crédito, devendo, em momento posterior, indicar ao futuro contratado da presente licitação qual sistema será indicado pela administradora para que a integração possa ser viabilizada no sistema licitado.





TELINO & BARROS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

12. Assim, demonstra-se que a exigência disposta no subitem é manifestamente incompatível com as próprias especificações técnicas da solução licitada disposta no Edital, de forma que esta r. CPL deve proceder com as devidas retificações, indicando-se, desde já, seja a redação do subitem 5.4.2 do Edital excluída dada a sua irrelevância para a solução proposta.

III.2 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – DA DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL DO SOFTWARE PROPOSTO

13. No mesmo sentido, incorre em limitação indevida, a exigência contida no subitem 5.5.2 do Edital, que condiciona a habilitação do licitante à apresentação de declaração onde afirme possuir a propriedade intelectual da solução proposta.

14. Porém, a exigência disposta no subitem em epígrafe extrapola os limites legais, mais especificamente o rol dos documentos dispostos no art. 30, da Lei 8.666/93.

15. Ressalte-se que a declaração exigida é ilegal por dois aspectos: o primeiro, por ausência de fundamentação legal, não encontrando fundamento da Lei Geral de Contratos e Licitação; o segundo, e mais importante, por direcionar e restringir indevidamente o caráter competitivo do certame.

16. Haverá restrição indevida no caráter competitivo do certame, na hipótese de não acatamento deste item de impugnação, porquanto que os licitantes poderiam ofertar soluções de domínio público, no caso dos softwares públicos e livres, disponíveis e totalmente compatíveis com as especificações técnicas exigidas no certame.

17. Assim, aqueles licitantes que pretendam ofertar solução pública e livre que é mais econômica, sem falar das vantagens técnicas, serão aliçados do presente processo licitatório de maneira ilegal.

18. Desta forma, pugna-se pela remoção da redação do subitem 5.5.2 do Edital, excluindo-se a ilegal exigência de declaração de domínio, pelo licitante, da propriedade intelectual da solução proposta.





TELINO & BARROS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

III.3 – DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA EMPRESA LICITANTE PERTENCEREM AO QUADRO DE COLABORADORES DA LICITANTE NA DATA PREVISTA PARA ENTREGA DA PROPOSTA

19. Outro ponto que merece ser impugnado diz respeito à ilegalidade da exigência de profissionais da empresa licitante pertencerem ao quadro de colaboradores na data prevista à entrega da proposta.

20. O subitem 5.4.4 do edital da licitação exige que: “5.4.4 O profissional Gerente de Projetos deverá fazer parte do quadro da proponente na data prevista para a entrega da proposta, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma: a) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho; b) se prestador de serviços: através de Contrato de Prestação de Serviço; c) se sócio da empresa: através de cópia do contrato social registrado na junta comercial; d) se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela execução do serviço.”.

21. No entanto, a mencionada exigência é ilegal e indevida, porquanto inibe o caráter competitivo das licitações. Exigir que as licitantes possuam, no momento da apresentação de suas propostas, funcionários pertencentes ao quadro de colaboradores da empresa é impor um ônus desnecessário àquelas.

22. O Tribunal de Contas da União possui entendimento firmado quanto à desnecessidade dos profissionais da futura contratada pertencerem ao quadro permanente da empresa interessada em participar da licitação, isso porque restringiria o caráter competitivo da licitação ou anteciparia um custo à licitante que não fosse declarada vencedora.

23. O TCU, inclusive, editou súmula dispondo sobre a impossibilidade de inclusão de exigências de habilitação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

24. Veja-se que, no momento da apresentação da proposta, não há qualquer garantia quanto à contratação da empresa licitante, não sendo razoável que a licitante antecipe a contratação de profissionais apenas para fins de habilitação.

25. Os editais apenas podem exigir que a empresa interessada apresente uma disponibilidade dos profissionais à futura execução do contrato e, só após a adjudicação do objeto da licitação e da assinatura do contrato, é que se exigirá comprovação de profissionais no quadro permanente da empresa.





TELINO & BARROS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

26. É forçoso admitir que tal exigência mostra-se irrazoável e precária, uma vez que só há necessidade de vínculo profissional entre a empresa licitante e os funcionários no momento da contratação, inclusive porque a própria legislação de regência possibilita a substituição profissional integrante da equipe técnica. Veja-se:

Lei nº 8.666/93.

Art. 30º A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

27. Ademais, só após a assinatura do contrato e durante a execução do serviço é que a Contratante deverá verificar, por intermédio do competente fiscal do contrato, se a empresa cumpre estritamente as obrigações assumidas, inclusive quanto à existência de vínculo entre os profissionais e a empresa contratada.

28. Com efeito, os pontos aqui questionados não consagram o disposto na jurisprudência da Corte de Contas, violando, inclusive, os princípios da isonomia e da competitividade, verifica-se que o item aqui mencionado é ilegal e deverá ser retirado do edital.

III.4 - DO SISTEMA DE JULGAMENTO DA PONTUALÇÃO TÉCNICA - DO JULGAMENTO SUBJETIVO. DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. DA IMPOSIÇÃO DE ÔNUS ANTES DA CONTRATAÇÃO

29. Analisando-se detidamente Edital, vê-se que a presente licitação será processada na modalidade Concorrência, do tipo melhor técnica e menor preço.

30. Porém, ao dispor dos critérios de pontuação técnica o órgão licitante dispôs que a atribuição das notas técnicas dos licitantes se dará seguindo a





TELINO & BARROS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

seguinte rotina: 1) o licitante apresentará, no envelope destinado à proposta técnica, a planilha de pontuação técnica, prevista no Termo de Referência, devidamente preenchida e pontuada; após, convocará o licitante melhor pontuado, para que no prazo de 3 (três) dias, promova a demonstração do sistema cuja pontuação será atribuída por Comissão Técnica constituída para este fim.

EDITAL

6 DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Apresentação de cópia da planilha de pontuação técnica, devendo estar preenchido os campos indicando como o sistema ofertado atende a cada item "Proponente" contido na tabela, atribuindo os respectivos "Pontos Obtidos" em cada especificação, informando também a nota total atingida. Sendo que este documento deve estar devidamente datado e assinado pelo representante legal da licitante.

6.2 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos ou das informações exigidas em conformidade com o termo de referência ou o fizerem de forma incompleta ou em desacordo com as condições prescritas neste termo, poderão ser desclassificadas.

6.3 No julgamento das propostas técnicas a Comissão Especial de Licitação, instituída por uma portaria nº, atribuirá pontos de acordo com o conteúdo apresentado pelas proponentes para o atendimento das solicitações formuladas neste termo, com base nos requisitos que serão avaliados de acordo com os níveis e nomenclaturas a seguir. A pontuação efetiva será julgada pela Comissão de Licitação baseada na apresentação técnica do sistema ofertado, na verificação da comprovação dos atestados de capacitação solicitados e, se necessário, a partir de diligência e provas de conceito.

TERMO DE REFERÊNCIA

7. DEMONSTRAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA

A pontuação efetiva de cada proponente será julgada e confirmada pela Comissão de Licitação, após apresentação (demonstração) do sistema ofertado, para tanto será agendado esta data em um prazo não superior a 3 (três) dias úteis, para a demonstração prática da solução proposta melhor classificada, conforme itens de pontuação informado pela empresa, obedecendo o seguinte critério:

- a) A demonstração da solução proposta pela empresa melhor classificada será feita à equipe técnica de apoio do SESAN que elaborará parecer de aceitabilidade conforme as exigências do edital;
- b) A demonstração do LIES, deverá ser feita através de lançamento de leitura (fictícia) e impressão em tempo real.
- c) Sendo que nesta apresentação prática do aplicativo, a empresa deverá efetuar a demonstração total de toda a solução proposta, tendo como base





TELINO & BARROS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

os formulários de funcionalidades técnicas devidamente preenchidos e entregues pela proponente no envelope de Proposta Técnica;

d) O não comparecimento na data marcada ou o não atendimento às especificações contidas no critério de pontuação da proposta técnica, implicará na desclassificação da empresa e na avaliação da demonstração da segunda empresa melhor classificada (que será agendada em até 2 (dois) dias úteis), e assim sucessivamente;

e) Caso a Equipe técnica de Apoio tenha alguma dúvida quanto à demonstração oferecida, poderá diligenciar no sentido de esclarecimentos necessários acerca da solução apresentada e de informações prestadas, podendo inclusive proceder a visitas de inspeção local, se for o caso;

f) No caso de recusa motivada da solução apresentada, ou não atingimento dos pontos mínimos, após exposição de motivos, será convidada para apresentação a empresa com segunda maior pontuação técnica atingida no certame, e assim sucessivamente.

31. Assim, a partir da simples leitura dos termos do edital é possível identificar o subjetivismo da atribuição da pontuação técnica dos licitantes, porquanto que a “pontuação efetiva”, utilizando a expressão empregada no Edital, será dada apenas ao licitante que apresentar a melhor pontuação através de um procedimento de autoavaliação!

32. Ou seja, o licitante que melhor se autoavaliar será o único que será “efetivamente pontuado” pela Comissão de Licitação, transparecendo a subjetividade da metodologia empregada no edital, o que não se pode permitir.

33. Ademais, o Edital também é omissivo em relação à realização dessa avaliação, não dispondo sobre a publicidade da sessão de avaliação, assim como da participação dos demais licitantes no ato.

34. Por outro lado, deve-se destacar que a exigência de demonstração da solução proposta, assim como das impressoras, antes da assinatura do contrato imporá custos antecipados ao participante, de modo que a metodologia empregada não se compatibiliza com a consolidada jurisprudência da Corte de Contas.

35. Nesse sentido:

Acórdão 114/2007 Plenário (Sumário) **Abstenha de incluir cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993.**





TELINO & BARROS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

36. Desta forma, além de violar o princípio do julgamento objetivo, e da impessoalidade, a metodologia empregada no Edital também implica em restrição indevida no caráter competitivo do certame, violando preceitos fundamentais da Lei nº 8.666/93.

37. Ante o exposto, pugna-se pela retificação do edital, de modo que a metodologia de julgamento das propostas técnicas se compatibilize com os princípios de regência e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, expurgando toda e qualquer subjetividade e exigência que restrinja o caráter competitivo do certame.

V – DOS PEDIDOS:

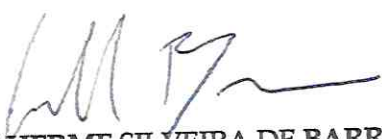
38. Diante do acima exposto, requer-se:

- a) O recebimento do presente pedido de esclarecimento, por estarem presentes todos os requisitos para seu processamento.
- b) Diante das inconsistências constadas, pugna-se pelos esclarecimentos dos pontos suscitados, realizando as devidas retificações no Edital e seus anexos. Após sanado todos os vícios que o edital seja devidamente republicado.

Pede deferimento.

De Recife/PE para Navegantes/SC, 14 de outubro de 2021

IGOR DA ROCHA TELINO DE LACERDA
OAB/PE 30.192


GUILHERME SILVEIRA DE BARROS
OAB/PE 30.316

MATHEUS HENRIQUE GOUVEIA DE MELO PEREIRA
OAB/PE 38.298


TAINÁ DA SILVEIRA BATISTA
OAB/SC 60.659

